



A Construção Social dos papéis de Gênero e a lugar da escola no Combate à Violência em Contextos de Vulnerabilidade Urbana

Daniel Nathan Figueiredo Baraúna – Universidade Federal do Amazonas – Mestrando do programa de pós-graduação em Educação PPGE – danielfigueiredorp29@gmail.com
Márcio de Oliveira – Universidade Federal da Grande Dourados/Universidade Federal do Amazonas – Doutor em Educação – profmarciooliveira@ufam.edu.br

Eixo 04

Educação e Inclusão: pesquisas sobre os processos educacionais e pedagógicos, com base em diferentes perspectivas históricas, epistemológicas e sociais no campo da Identidade, Diferença e Diversidade, Gênero e da Educação Especial e Inclusiva na Amazônia sob o prisma dos Direitos Humanos. Aborda as dimensões da formação, das práticas pedagógicas, da saúde e do movimento humano nos contextos da educação.

Resumo

Este artigo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa dos dados, analisa a construção social dos papéis de gênero e o lugar da escola no combate à violência em contextos de vulnerabilidade urbana, com enfoque nas periferias de Manaus/AM. Parte-se da compreensão de que os papéis de gênero, historicamente naturalizados, reforçam estereótipos e desigualdades que impactam a trajetória escolar de jovens, produzindo exclusão, evasão e desinteresse educacional. A discussão é conduzida a partir de referenciais clássicos, como Bourdieu e Butler, que evidenciam a relação entre juventude, territorialidade e violência nas periferias amazônicas. Argumenta-se que a escola não pode restringir-se à função de transmissão de conteúdo, devendo assumir um papel ético e político de enfrentamento às violências simbólicas e estruturais, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e críticas que reconheçam a diversidade de corpos e subjetividades. O estudo ressalta a urgência de políticas educacionais que, ao contemplarem a complexidade das desigualdades urbanas e de gênero, possibilitem a construção de trajetórias escolares emancipatórias e o fortalecimento do direito universal à educação.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Vulnerabilidade urbana; Juventude; Direitos humanos.

Introdução

As questões de gênero têm sido pautadas em inúmeros estudos, sobretudo relacionados às questões educacionais. Oliveira, Peixoto e Maio (2019), por exemplo, problematizam a educação enquanto busca de relações cidadãs, enaltecendo uma



prática pedagógica que combata a discriminação relacionada a gênero e à sexualidade. Rosemberg (2001) objetivou evidenciar o descompasso entre a situação de homens e mulheres no sistema educacional brasileiro e as metas nacionais e internacionais de igualdade de oportunidades de gênero na educação. Enquanto Finco (2016) discute as formas de brincadeiras de meninos e meninas, em uma escola municipal de educação infantil, buscando questionar o fato "natural" de que meninos e meninas possuem papéis e comportamentos pré-determinados. Isso para ficarmos em três exemplos.

A partir desse cenário, o presente estudo tem como objetivo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa dos dados, analisar a construção social dos papéis de gênero e o lugar da escola no combate à violência em contextos de vulnerabilidade urbana, com enfoque nas periferias de Manaus/AM.

Para atingir o objetivo, o texto está dividido em seis seções, a saber: I. Introdução; II. metodologia; III. A intersecção entre a construção de gênero e a violência em ambientes de vulnerabilidade; IV. Os corpos que não importam; V. O papel da escola na desconstrução de estereótipos e na promoção da equidade; e VI. Considerações Finais.

Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na compreensão de fenômenos sociais a partir de seus contextos específicos. O estudo ancora-se na perspectiva da construção social dos papéis de gênero e do direito à educação, buscando analisar como essas dimensões se manifestam em ambientes de vulnerabilidade urbana, especialmente nas periferias de Manaus/AM.

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e documental, a fim de sistematizar referenciais teóricos nacionais e internacionais (Bourdieu, 1999; Butler, 2021; Freire, 1996), bem como autores/as regionais que discutem juventude, periferia e Amazônia urbana (Oliveira, 2008; 2012; 2016). Essa



escolha permitiu articular o debate global sobre gênero e violência à realidade amazônica, destacando especificidades locais que atravessam o cotidiano escolar.

Aqui entendemos pesquisa bibliográfica como a que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2010, p. 46). Enquanto a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não recebem um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (Gil, 2010, p. 46).

Além disso, a investigação seguiu os princípios da pesquisa exploratória (Gil, 2010), com o objetivo de problematizar as categorias emergentes: a construção dos papéis de gênero, a reprodução de violências simbólicas e estruturais, e as possibilidades de resistência no espaço escolar. Essa estratégia metodológica possibilitou compreender a escola não apenas como instância de reprodução de desigualdades, mas também como espaço de disputa e de produção de práticas emancipatórias voltadas à equidade.

A intersecção entre a construção de gênero e a violência em ambientes de vulnerabilidade

A maneira como os papéis de gênero é construída em ambientes de vulnerabilidade urbana tem um impacto direto e profundo na vida de crianças e adolescentes. Nesses contextos, os estereótipos de gênero não são apenas concepções abstratas, eles se manifestam como normas sociais rígidas que legitimam a violência. Tomando como base para desenvolvimento da discussão, as masculinidades, por exemplo, valorizam a força, a agressividade e a virilidade como ideais de "ser homem". Essa construção, explorada por teóricos como Raewyn Connell (1987), cria um modelo de masculinidade que marginaliza outras formas de ser e atua como um fator de risco para a violência, tanto para quem a pratica quanto para quem a sofre.



Miriam Pillar Grossi (2004), em sua obra sobre as masculinidades, nos convida a um mergulho profundo na forma como a identidade de gênero é construída desde a infância. A autora destaca um ponto crucial: a hiper agressividade é frequentemente normalizada e até esperada nos meninos, sendo interpretada como uma característica "inata" do gênero masculino. Essa visão, no entanto, ignora a complexidade do desenvolvimento humano e os fatores sociais que moldam o comportamento.

A socialização de meninos, em muitos contextos, os incentiva a reprimir emoções como o medo e a tristeza, ao mesmo tempo em que a raiva e a agressividade são vistas como sinônimos do que é ser um verdadeiro homem em sociedade. A frase "homem não chora" é um exemplo evidente de como essa construção social opera, limitando o universo emocional da criança e forçando-a a adotar um modelo de masculinidade rígido. Essa normalização da agressividade não é apenas um comportamento esperado, mas sim uma performance aprendida e reforçada pelo ambiente.

No contexto escolar e familiar, essa normalização tem consequências sérias. O que é visto como uma simples "brincadeira de menino" pode, na verdade, ser a manifestação de uma violência em gestação. Essa forma de socialização pode levar à perpetuação de comportamentos agressivos na vida adulta, mas de imediato violências em seu estado atual.

"A maior parte do comportamento humano é aprendida por observação através da modelagem: observando-se os outros, formam-se ideias sobre como os novos comportamentos são realizados, e em ocasiões posteriores, essa informação serve como guia para a ação" (BANDURA, 1977, p. 22).

Aprofundar essa discussão é essencial compreender que a violência se manifesta não apenas de forma prática, mas também simbólica. Bourdieu (2012, p. 47) define a violência simbólica como a "violência suave, insensível, invisível, exercida com a cumplicidade silenciosa e cúmplice da vítima". Isso significa que as relações de poder se naturalizam, fazendo com que o/a dominado/a aceite a dominação. No caso dos meninos, isso se manifesta na internalização de que a agressividade é a única forma de expressar poder ou resolver conflitos. Piadas, xingamentos e a exclusão



daqueles que não se encaixam no estereótipo de "macho" são exemplos de violências simbólicas que reforçam a violência física e as hierarquias de gênero.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de dispensar justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (Bourdieu, 2012, p. 7).

Assim, Bourdieu (2012) argumenta que a dominação masculina (e, por extensão, a visão androcêntrica que privilegia o masculino e o heterossexual) não precisa ser explicitamente justificada, pois é percebida como a "norma" ou o "neutro", algo que simplesmente é. Assim reforça a ideia de que a própria estrutura da sociedade, por meio de suas instituições, seus discursos e suas práticas, a chamada de "máquina simbólica", trabalha continuamente para validar e manter essa dominação, inclusive nas questões de gênero e sexualidade.

A obra de Grossi (2004) lembra que a masculinidade não é um dado biológico, mas uma construção social complexa. Ainda, discute sobre como a construção da masculinidade não pode ser dissociada da realidade de exclusão social, considerando que uma parcela considerável de crianças e adolescentes, em especial aqueles/as que vivem em favelas, periferias ou com pouca educação formal, enfrentam uma série de barreiras que limitam suas oportunidades. Neste cenário, a busca por uma identidade e um senso de pertencimento se torna ainda mais crucial.

Para muitos desses jovens, a estrutura social tradicional falhou em oferecer caminhos para a afirmação de sua masculinidade de forma positiva. Nesse vácuo, o tráfico de drogas e a criminalidade, por exemplo, podem emergir como um "*lócus privilegiado*" para a construção de uma identidade masculina. Nesses ambientes, a violência se torna a moeda de troca, o principal instrumento de poder e o critério para o respeito.

Essa dinâmica não se limita à prática da violência. Ela também molda a forma como esses jovens se veem e são vistos pelos outros. A identidade de "macho", construída nesses termos, é rigidamente definida pela capacidade de demonstrar



força e de cometer atos violentos. A tragédia é que essa construção de identidade, baseada na violência e na marginalização, perpetua um ciclo de exclusão, já que, como aponta Hall (2000), as identidades são continuamente produzidas em meio a processos de diferenciação e exclusão social.

Os corpos que não importam

Para aprofundar essa discussão, é fundamental resgatar o trabalho de Judith Butler (2021) intitulado “Em Corpos que Importam”, em que a autora demonstra como o “sexo” é uma construção discursiva, uma norma reguladora que produz o corpo e sua diferença. A violência contra jovens homossexuais e transexuais, nesse sentido, não é um mero ataque a um indivíduo, mas uma tentativa brutal de reafirmar a norma de gênero e punir o “corpo que não importa”, aquele que desvia da matriz heterossexual e cisgênero. Essa perspectiva é essencial para entender que a violência não é acidental, mas um ato de controle sobre o que é considerado um corpo “legítimo” e “passível de luto”, como Butler (2015) discute em “Quadros de Guerra”. A facilidade com que as mortes de jovens LGBTQIAP+ são esquecidas ou deslegitimadas pela sociedade prova que suas vidas não são consideradas valiosas o suficiente para serem lamentadas publicamente.

No contexto brasileiro, a violência se manifesta de forma ainda mais cruel em áreas de alta vulnerabilidade social. O trabalho de Cristiane Bonfim Fernandez (2020) em “Infância e violência sexual”, embora focado na tríplice fronteira amazônica, oferece uma visão essencial sobre como a negligência e a falta de políticas públicas criam um cenário propício à violência, especialmente contra corpos vulneráveis. Em ambientes como os descritos por Fernandez (2020), a ausência do Estado e de estruturas de apoio faz com que a violência de gênero se enraíze e se normalize, não apenas em atos sexuais, mas em todas as manifestações de agressão física e simbólica.

A articulação entre gênero e violência estrutural, portanto, exige compreender que os corpos dissidentes não apenas sofrem agressões pontuais, mas são sistematicamente produzidos como abjetos sociais. Essa condição é reforçada por dispositivos institucionais, como a própria escola, a família e a mídia, que reproduzem normas de gênero e sexualidade sob a aparência de neutralidade. Como alerta Louro (2008), a escola, muitas vezes, opera como espaço de regulação da sexualidade, reforçando expectativas heteronormativas e legitimando a exclusão daqueles/as que escapam dessa matriz. Assim, a evasão escolar de jovens em contextos de vulnerabilidade urbana não pode ser lida apenas como uma consequência individual, mas como resultado de um processo coletivo de silenciamento e exclusão. Cabe adicionar ao debate, que as discussões sobre o papel de gênero impostam de forma enraizada nos atravessamentos sociais, impactam não apenas a vida de jovens Queer, como diretamente todo e qualquer um que não esteja dentro do espectro esperado de um homem ou uma mulher.

No caso das periferias de Manaus/AM, esse quadro se intensifica pela precariedade estrutural e pela ausência de políticas públicas eficazes. Jovens em situação de pobreza enfrentam uma sobreposição de desigualdades econômicas, raciais, de gênero e territoriais, que aprofundam a marginalização. Essa interseccionalidade, como aponta Crenshaw (2002), evidencia que a violência não atua de forma isolada, mas no cruzamento de múltiplas opressões. Reconhecer essas intersecções é essencial para repensar o papel da escola como espaço de resistência e promoção de direitos, onde o reconhecimento dos corpos “que importam” deve ser princípio central de uma educação emancipatória.

Nessa direção, torna-se imprescindível analisar como o campo das políticas públicas educacionais no Brasil tem buscado, ainda que de forma incipiente, responder às desigualdades de gênero e às violências estruturais que atingem jovens em contextos vulneráveis. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) (Brasil, 2014), por exemplo, estabelece como uma de suas diretrizes a promoção da equidade, com vistas à superação das desigualdades educacionais e à valorização da diversidade. Entretanto, na prática, a ausência de políticas específicas que



contemplem a população LGBTQIAP+ reflete o que Butler (2015) denomina como a hierarquização das vidas, em que determinados corpos permanecem invisibilizados e desprotegidos.

Outros marcos relevantes são o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) (Brasil, 2013), que garante o direito à educação em sua integralidade, compreendendo a formação cidadã e a promoção de direitos humanos, e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) (Brasil, 2012), que reforçam a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e críticas, mas sua implementação ainda esbarra em resistências culturais e políticas que insistem em tratar as questões de gênero como “temas secundários” ou mesmo “ideológicos”. Se torna tático entender como territórios de alta vulnerabilidade, como as periferias de Manaus/AM, a efetivação desses direitos encontra barreiras significativas, seja pela insuficiência de recursos, seja pela falta de formação docente voltada ao enfrentamento das violências de gênero e sexualidade.

Embora existam meios legais e institucionais que deveriam viabilizar o pleno acesso ao estudo e à permanência escolar de todos/as os/as jovens, na realidade tais mecanismos não se mostram efetivos. As desigualdades estruturais, somadas às violências simbólicas e materiais, fragilizam a aplicação dessas políticas, perpetuando um ciclo de exclusão. Nesse cenário, a escola é interpelada não apenas como reproduutora de desigualdades, mas também como espaço estratégico para a desconstrução da violência simbólica e para a afirmação dos corpos historicamente marginalizados. Como destaca Paulo Freire (1996), a educação deve ser prática de liberdade, e, nesse contexto, implica reconhecer que todos os corpos importam e que todos os sujeitos têm direito a uma vida digna e ao pleno exercício da cidadania.

O papel da escola na desconstrução de estereótipos e na promoção da equidade

A escola, enquanto instituição social, ocupa um lugar estratégico na disputa entre a reprodução e a transformação das normas de gênero. Se, por um lado, como lembra Louro (2008), ela tende a reforçar expectativas heteronormativas e a disciplinar corpos e condutas, por outro, pode constituir-se em espaço privilegiado de resistência frente às violências simbólicas e estruturais que atingem jovens em contextos de vulnerabilidade urbana.

A construção social dos papéis de gênero, como demonstrado por Bourdieu (1999) e Butler (2021), não se limita a um processo individual, mas se realiza em redes de poder e normatividade que naturalizam a desigualdade. Na Amazônia urbana, essas normas se intensificam pela precarização territorial e pela ausência de políticas públicas eficazes, produzindo uma juventude marcada pela estigmatização e pela vulnerabilidade múltipla (Oliveira, 2008; 2016). Nesse cenário, a escola não pode se omitir: é chamada a enfrentar diretamente as lógicas que naturalizam a violência e a exclusão, criando condições para que todos os corpos importem.

O combate aos estereótipos de gênero na escola deve ser entendido, portanto, como prática de direitos humanos e não como tema secundário ou “ideológico”. Projetos pedagógicos que problematizam a construção de uma masculinidade patriarcal, que ampliam os repertórios de identidade e que estimulam o respeito à diversidade não apenas previnem situações de violência, mas também favorecem a permanência escolar em territórios de vulnerabilidade. Como destaca Paulo Freire (1996), a educação, enquanto prática de liberdade, só se realiza plenamente quando promove consciência crítica e emancipada sobre as estruturas de opressão.

Na realidade amazônica, onde juventudes periféricas convivem com desigualdades raciais, de gênero e territoriais, a escola assume a tarefa de romper com o ciclo da violência simbólica que associa determinados corpos à criminalidade ou à marginalidade. Estudos de Oliveira (2012; 2016) evidenciam que a estigmatização territorial se traduz em exclusão social, reforçando desigualdades. Nesse sentido, práticas escolares inclusivas, que incorporem debates sobre gênero, raça e território, tornam-se instrumentos de combate às violências e de afirmação da cidadania.

Assim, o papel da escola vai além da transmissão de conteúdos: trata-se de assumir um posicionamento ético e político em defesa dos direitos de crianças e jovens, sobretudo daqueles/as historicamente silenciados/as. A desconstrução de estereótipos de gênero, quando articulada à crítica da violência estrutural, constitui não apenas um recurso pedagógico, mas uma forma de resistência frente à produção social de corpos que “não importam”.

Conclusões

Foi objetivo do presente texto analisar a construção social dos papéis de gênero e o lugar da escola no combate à violência em contextos de vulnerabilidade urbana, com enfoque nas periferias de Manaus/AM, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados.

O estudo revela que não é possível individualizar a evasão escolar de jovens que se deparam diretamente com as vulnerabilidades do contexto urbano, sobretudo das periferias amazônicas. É basilar analisar o contexto social, cultural, político e histórico a fim de compreender todas as formas de exclusão direcionadas a crianças e adolescentes.

Somam-se a essas análises pensar que a escola, para além de um lugar de reprodução de desigualdades, é, também, um ambiente que pode ser contrahegemônico, contribuindo com uma formação mais humanizada, ética e que supera as mais diversas formas de violência/exclusão. Nesse sentido, reafirma-se que a instituição escolar precisa assumir uma responsabilidade política diante das desigualdades estruturais, tornando-se espaço privilegiado de resistência e de promoção dos direitos humanos.

Portanto, o enfrentamento da violência de gênero e da exclusão escolar em contextos de vulnerabilidade não pode ser reduzido a ações pontuais ou responsabilizações individuais. Requer políticas públicas consistentes, formação docente contínua e práticas pedagógicas críticas que reconheçam a diversidade de corpos e subjetividades. A escola, quando concebida como prática de liberdade



(FREIRE, 1996), torna-se um lugar de emancipação capaz de romper ciclos de violência e exclusão, afirmando-se como espaço estratégico para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
- BRASIL. *Estatuto da Juventude*. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2021.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONNELL, Raewyn. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: *Estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.
- FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. *Infância e violência sexual na tríplice fronteira amazônica*. Curitiba: Appris, 2020.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 89–101, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>>. Acesso em: 10 set. 2025.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. *Masculinidades: uma revisão teórica.* Florianópolis: UFSC / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.* Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Márcio de. *Cartografias da cidade: juventude, violência e espaço urbano em Manaus.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

OLIVEIRA, Márcio de. *Juventude e cidade na Amazônia: experiências urbanas em contextos de vulnerabilidade.* Manaus: Editora Valer, 2012.

OLIVEIRA, Márcio de. *Segregação, juventude e periferias urbanas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2016.

OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo; MAIO, Eliane Rose. A educação enquanto promotora de uma cultura de paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. *Revista Amazônica*, Manaus/AM, v. 03, n. 02, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4893/4181>>. Acesso em: 10 set. 2025.

ROSENBERG, Fúlia. Educação formal, mulher e gênero no brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, ano 09, 2021. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v09n02/v09n02a11.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2025.